"*As camadas inferiores não estavam divididas em categorias hierárquicas tão definidas como as camadas superiores. Antes de mais, as únicas fronteiras bem definidas eram não as horizontais, como por exemplo as que separavam os senadores dos cavaleiros e dos decuriões sem categoria de cavaleiros, mas as verticais. Primeiro que tudo, uma fronteira bem visível entre a plebs urbana e a plebs rustica, definida pelas diferenças entre a população urbana e a rural quanto a local de habitação, profissão, actividade económica, modo de vida, possibilidades de ascenção social, cultura, tradições, costumes; essa demarcação era tanto mais visível quanto contrastava com a estrutura das camadas superiores, que não apresentavam vestígios desse tipo de separação*." (Alfoldy, 1989: 148)

Como evoluíram os vários grupos sociais existentes durante o Alto-Império romano? Como se organizavam e quais eram as suas funções? A citação de Géza Alfoldy (1989) é o nosso ponto de partida para compreender esta matéria.

O Alto Império é um período histórico caracterizado pela prolongada situação de paz (Pax romana), propícia ao crescimento económico e estabilidade social. Mas estabilidade não é sinónimo de estagnação, conforme o vieram a provar a instituição da monarquia imperial e a integração da sociedade provincial no sistema social romano, que contribuíram para uma nova dinâmica de organização social, distinta da que vigorava.

Assim, nesta época a sociedade estruturava-se em quatro grupos: ordem senatorial, ordem equestre, plebe e, na base deste complexo colectivo, os escravos. Vejamos, em detalhe, como progrediram estas classes, de forma a demonstrar os motivos pelos quais Alfoldy (1989) verifica uma menor definição hierárquica entre as classes inferiores relativamente às superiores.

O período inicial do Império foi particularmente favorável à ordem senatorial, dada a sua maior proximidade ao imperador materializada pelo elevado número de membros da sua confiança. Porém, no reinado de Tibério introduzem-se senadores provenientes das províncias imperiais, medida tomada com a expectativa de homogeneizar a aristocracia e as elites nas províncias, e consequentemente assimilar e integrar as respectivas populações na sociedade romana. Com o imperador Vespasiano, em 69 d.C., o número de senadores provinciais aumenta e a ordem senatorial adquire uma expressão burguesa. Com Trajano os provinciais são obrigados a vincular o seu poder económico ao território da capital visando assegurar a sua ligação à península. Apesar destes esforços, durante o século III d.C., o seu

prestígio desvanece-se em favor da ordem equestre, tendo em conta que esta serviu melhor os interesses do império durante o período de anarquia militar.

Porém com Constantino I sucede uma inversão das funções sociais que deriva da crescente importância social dos senadores. Com Valentiniano I e Teodósio I é instituída uma nova hierarquia que a divide em três categorias: *ilustres*, *spectabiles* e *clarissimi*. Quanto à ordem equestre, é nos fins do século I d.C. que se encontra em ascensão. Primeiramente formada por cidadãos romanos com grande influência económica, como o foram os grandes comerciantes e latifúndios, tal como a ordem senatorial também integrou os *equites*, cidadãos provenientes das províncias mais romanizadas, ao longo dos séculos I e II d.C., o que provocou uma forte heterogeneidade social e geográfica na ordem. A relevância atingida pela ordem durante a fase anárquica levou a que se subdividisse em dois tipos: civil e militar.

Os primeiros, com formação jurídica, ocuparam grandes cargos administrativos e exerceram influência sobre o conselho imperial, e os segundos integraram gradualmente cargos de comando no exército. Conforme ficou verificado, é com Constantino I, que a ordem equestre entra em declínio. Assim fica demonstrado que estas duas ordens foram as mais bem estruturadas internamente, na "horizontal", e devidamente demarcadas das classes inferiores, na "vertical", conforme verificou Alfoldy (1989).

No período imperial, a plebe da capital dividia-se em dois grandes grupos, a *plebe fumentaria*, dos quais faziam parte os cidadãos romanos economicamente mais favorecidos e com mais direitos, e a *ínfima plebe*, mais numerosa que a anterior e que integrava os cidadãos que "viviam do rendimento de uma modesta profissão, actividades ilícitas ou da protecção de um *patronus*" (CENTENO, 1997: 96).

Nas províncias, a elite formava-se em redor das cidades. Esta era composta pela ordem dos decuriões, que tinham assento no senado municipal, exerciam sacerdócio, detinham grandes parcelas de território e eram homens de negócios. Durante o século III d.C. entram em declínio político derivado da sua descapitalização durante a crise económica, social e política, que se fazia sentir. Outra ordem superior foi a dos curiales, formada por grandes latifundiários e que tinha por principais funções fornecer magistrados locais, decuriões e sacerdotes, destarte decorrendo uma certa partilha de funções com a ordem dos decuriões. No estrato inferior, há uma primeira divisão da população em *plebs urbana* e *plebs rustica*, ou seja, residente na cidade ou no campo. A primeira composta por trabalhadores livres e

libertos que desempenhavam um papel activo na vida municipal organizando-se em associações e sendo artesãos, pequenos comerciantes, artistas, músicos, actores, pedagogos, escribas, engenheiros e doutores. A *plebs rustica* mais diversificada do que a primeira integrava a maior parte da população do império e agrupava-se em camponeses livres, trabalhadores agrícolas e libertos, usufruindo de alguma autonomia económica. Porém, dada a sua subserviência às classes superiores, com a crise do século III, a sua condição degradar-se-á.
Por último, os escravos. Destaca-se a diminuição do seu número e a multiplicação das libertações como sendo característico do período imperial.

Apesar da estrutura social parecer clara é preciso atender à vasta extensão do império nesta época. Facto que dificultava a hierarquização das classes inferiores, uma vez que dela faziam parte grupos regionais diversos com expressões económicas, culturais e sociais distintas entre si.

Bibliografia

CENTENO, Rui Manuel Sobral (coord.) – *Civilizações Clássicas II. Roma*. Documento pdf. Manual de História das Civilizações Clássicas. 1º ciclo de Estudos em História. Acessível na Plataforma de E-Learning da Universidade Aberta.

ALFOLDY, Géza – *A História social de Roma*. Lisboa: Ed. Presença, 1989.